

Duas homenagens póstumas e a história da Polícia

Singela homenagem a dois conservadores, que, com suas histórias, cada qual a seu modo, contribuíram para a formação da estrutura de segurança pública atual



Glauco Silva de Carvalho
16 de junho de 2021

MASTRANGELO REINO/FOLHAPRESS



Marco Maciel foi fundamental para reinserir as Polícias Militares na Constituição de 1988

Meu objetivo hoje era falar sobre uma série de reportagens da *Folha de S. Paulo* acerca de condenações injustas. E como há dois pesos e duas medidas para tratar as Polícias Civil e Militar. Mas isso ficará mais para a frente.

Neste momento, gostaria de fazer uma singela homenagem a dois homens conservadores que, com suas histórias, cada qual a seu modo, contribuíram para a formação da estrutura de segurança pública atual ou, em alguma medida, para a formação de pessoas e profissionais, além de serem líderes em seus segmentos.

Vice-presidente Marco Maciel

Faleceu, neste final de semana, o ex-vice-presidente Marco Maciel. Eu o conheci ao final dos anos 80 e tive contato mais acentuado no início da década de 90, durante a revisão constitucional de 1993.

Em meados dos anos 80, já em fins do regime de 1964, criou-se a Comissão Afonso Arinos. Era uma comissão de “notáveis” que tinha por objetivo preparar um anteprojeto de Constituição que norteasse a elaboração da futura Carta. O resultado do anteprojeto não previa a existência das Polícias Militares. Isso foi em 1986.

Já mencionei algo nesse sentido neste espaço. Eu era um jovem aspirante a oficial, recém formado no final de 1985. Àquela época, falava-se que nós seríamos auxiliares dos delegados de polícia, ou chefes de carcereiros. Eu estava matriculado no curso de Ciências Sociais da USP. Tranquei a matrícula, comecei a fazer cursinho novamente e iniciei o curso de Direito no Largo São Francisco, meses depois.

As Polícias Militares começaram a se organizar. Foi naquele período, de sucessivos encontros entre os comandantes-gerais das unidades da federação, que surgiu o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais (CNCG), que existe até hoje. Foi também naquele momento que as Polícias Militares começaram a se cotizar para poder fazer frente ao quadro político da época. Nós descontávamos, voluntariamente, certo percentual de nossos salários para manter oficiais da reserva em Brasília. Admiro a lisura de minha Instituição, que nunca se valeu de dinheiro público para fins que não fossem públicos.

Conveniente salientar, para localizar os mais jovens, que havia grande animosidade no período, vez que estávamos saindo do regime militar. Havia clima de revanchismo, vingança, ódio. Não precisamos enfatizar que, infelizmente, 35 anos depois, vivemos clima muito semelhante.

Marco Maciel e outros parlamentares foram fundamentais em reinserir as Polícias Militares no texto constitucional. Ela foi, por emenda, colocada no projeto de Constituição. Por um desses “abortos da natureza”, na segunda fase, no trajeto entre a aprovação na subcomissão e a publicação no Senado, as Polícias Militares foram novamente retiradas do texto. Quando Jobim, anos atrás, disse que a Constituição que temos hoje não é a mesma que foi aprovada, queria se referir a fatos como esse. Aliás, é melhor nem entrarmos em detalhes, porque nos faltariam provas. É naquela fase, em meados de 1987, que surge o chamado “Centrão”, cujo objetivo era fazer frente à esquerda. Esse fato também mereceria um capítulo à parte, porque não existe “geração espontânea” em política. Quando o dito bolsonarismo critica ferozmente o “Centrão”, não sabe o que ele significou para a própria direita no passado não tão distante.

Pois bem, nova empreitada em 1993. Jobim era o relator da Revisão Constitucional (vindo a ser ministro de Estado nos governos FHC, Lula e Dilma e ministro do STF). Marco Maciel teve participação decisiva no processo de manutenção do artigo 144. Assim o foi depois, ainda quando vice-presidente da República, por ocasião do projeto Zulaiê Cobra e José Afonso da Silva. Comissões das quais eu tive oportunidade de participar, sempre foram por ele recebidas.

Marco Maciel era pessoa de fino trato, ponderada, recatada, talvez até mesmo tímida. Pensava duas, quer dizer, dez vezes antes de falar. Era prudente. Moderava antes de atacar; ponderava antes de acusar; pacificava antes de combater. Digo sempre que uma genealogia, uma linhagem de pensamento político conservador, que se iniciou com Visconde de Uruguai (“Ensaios sobre o Direito Administrativo”, ainda no século 19), passando por Oliveira Vianna (“Instituições Políticas Brasileiras”, já no início do século 20) começa a se encerrar no Brasil. São pessoas cultas, elegantes, inteligentes e estudiosas. Lamento que essa linhagem fina do conservadorismo esteja se findando. Infelizmente, deixou poucos discípulos. O mundo mudou, o Brasil se transformou. Devo muito a algumas pessoas. Marco Maciel, Cláudio Lembo e Coronel Paulo Marino Lopes são algumas delas. Orgulho-me de tê-los conhecido. Sou grato pela forma como contribuíram para minha formação.

Coronel Chiari

Conheci o coronel Chiari há cerca de quatro anos. A bem da verdade, eu o conhecia, não pessoalmente, havia muito mais tempo.

Nos anos 90, o coronel Chiari e outro oficial ingressaram na Justiça com um mandado de segurança para suspender a aplicação da lei dos 5 anos (um coronel só pode ficar no máximo 5 anos em efetivo exercício). Nós, jovens tenentes, ficamos enlouquecidos com isso, porque pensávamos: “ora, ele se valeu da lei para chegar ao coronelato; agora, quer derrubá-la na Justiça”. O Juiz de primeira instância concedeu liminar. O comando da instituição, à época, mobilizou o governador e a Procuradoria Geral do Estado para contestar. Houve grande alarde na instituição. Uma comissão de integrantes da instituição foi até Campos do Jordão, nas vésperas do Natal, para despachar o recurso com o desembargador que estava de plantão. A decisão de primeira instância foi cassada.

Em 2016, o coronel Pettinato, gentilmente, me procurou para formar uma chapa para concorrer à presidência da Associação dos Oficiais. Eu seria o vice-presidente institucional, cargo recém-criado. A partir de então, tivemos, eu e o coronel Chiari, juntamente com o coronel Pettinato e suas esposas, contato mais próximo, e fizemos alguns encontros e jantares em minha casa, quer fosse para tratar de assuntos políticos, quer fosse para estabelecer estratégia eleitoral. A chapa adversária era forte, contando com os coronéis Luiz Carlos e Muller e o senador Major Olímpio. Ao final, sagramo-nos vencedores.

Minhas posições antibolsonaristas, no entanto, levaram-me a pedir exoneração do cargo, em 2020. Era o mais acertado e honesto, para comigo e para com meus colegas oficiais. Pelo estabelecido em 2015-2016, era para eu sair candidato a presidente da AOPM neste ano de 2021.

Quero ressaltar que o coronel Chiari sempre me tratou com muito respeito e lhanza. Nunca se exacerbou, ouviu-me, juntamente com uma comissão criada para tal fim, coronéis Carlos de Carvalho e Pettinato. Conversamos muito, mesmo após minha saída. Em maio, eu ainda lhe disse para amenizar a campanha, porque a segunda onda da covid era muito fatal.

Boa parte dos citados nesta matéria faleceram de covid ou em decorrência dela. Cel Chiari, sua esposa, Suzi, Senador Major Olímpio e Marco Maciel, dia 11 de junho.

A todos, meu respeito e admiração.

Glauco Silva de Carvalho

Bacharel em Direito (USP), mestre e doutor em Ciência Política (USP). Coronel da reserva da PMESP, foi diretor de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e Comandante do Policiamento na Cidade de São Paulo

<https://fontesegura.org.br/politica-e-policia/oq6sf69fha>

